



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

2 — A REVOLUÇÃO E AS REFORMAS

CURITIBA, 4 DE SETEMBRO DE 1964

NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, AO RECEBER O TÍTULO DE «CIDADÃO DO PARANÁ».

É muito honroso para o Presidente da República verificar a reunião de órgãos, que legitimamente representam o Paraná, exprimindo-lhe os sentimentos e aspirações, com o objetivo de prestarem a homenagem com que neste momento o desvanecem. Realmente, nada poderia ser mais significativo para mim como demonstração do aprêço do povo paranaense. Recebo realmente a vossa manifestação como prova de que vos sentis de tal modo identificados com a minha conduta que houvestes por bem considerar-me um dos vossos concidadãos. Nem outra pode ser a minha interpretação para tão singular solenidade quando vejo aqui, congregado num mesmo sentimento, o que há de mais representativo dos vários setores da vossa sociedade. Nem exagero dizendo deparar-me com o que há de mais legítimo como expressão de vossa coletividade.

Uma coletividade em marcha para o desenvolvimento, mas que encontra nos próprios fatores componentes do seu progresso o fundamento e a explicação de alguns dos mais graves problemas com que se deparam os responsáveis pela sua administração. Problemas muitos deles não peculiares ao Paraná, mas existentes em várias outras regiões do País, e por isso mesmo bem presentes entre as preocupações do Governo. Bastaria lembrar, por exemplo, a extraordinária explosão populacional, em grande parte devida à emigração, e que fêz do vosso Estado um dos de maior índice de crescimento da população. Realmente, de um milhão e duzentos mil, em 1940, passou a terra paranaense a abrigar, em 1960, quatro milhões e trezentos mil habitantes. Aumento magnífico, e que não

pode deixar de ser recebido com satisfação por um País de imensa área territorial, e ainda bem longe de alcançar índices convenientes e desejáveis para a total ocupação do solo. E isso ao mesmo tempo em que, por êsse crescente movimento em direção às cidades, passou a população destas a representar 32% em vez dos 25%, que tinha dez anos antes.

Sem dúvida, são índices extraordinários, que enchem de orgulho e esperança todos os brasileiros. Pois a êles devemos haver o Paraná contribuído, em 1962, com 7,2% da renda nacional, enquanto detinha apenas 4,8% em 1950. Mas, que mundo de problemas não se levanta paralelamente àquelas cifras, tão lisonjeiras às aspirações nacionais? São as dificuldades decorrentes do crescimento do vosso Estado, e dentre as quais não será a menor conquistar emprêgo e remuneração para quantos se vão cada ano incorporando ao número dos seus trabalhadores.

Com muita oportunidade abordou o vosso orador a questão do abastecimento, tão vinculada ao panorama agropecuário do País, e no qual tem tão grande parte o Paraná. Com as suas férteis terras, que não há muito provocaram o deslocamento da fronteira econômica do País, temos aqui um dos nossos mais promissores celeiros, graças a uma agricultura em franca expansão. Talvez convenha mesmo assinalar que se espera sejam exportadas dos vossos campos para o consumo nacional cêrca de um milhão e seiscentas mil sacas de açúcar, e outro tanto de arroz. Vinte e três milhões de sacas de milho é a estimativa para 1964, além de cêrca de quatro milhões para o feijão, cinco para a cebola e quase um milhão e meio para a batata.

São números expressivos, que nos fazem compreender porque avançou o Paraná de 280 tratores, em 1950, para cinco mil, em 1960, apresentando o maior índice de aumento no País, nesse setor. Contudo, são cifras ainda muito aquêm das possibilidades do Estado, que tem nos campos as bases da sua economia. Nem poderia deixar de ser assim, quando bem sabemos haver sido a agricultura o setor mais descurado pela administração nos últimos decênios. Nem há quem ignore a pequena eficiência do Ministério da Agricultura, sem verbas adequadas, desprovido de pessoal e, principalmente, privado de uma nítida definição de objetivos e,

portanto, sem condições de atender às suas finalidades, apesar da dedicação de muitos dos seus funcionários.

Assim, um permanente divórcio marca as relações do Governo com a agricultura do País. Divórcio paradoxalmente agravado pela excessiva fragmentação da máquina governamental, que conta, presentemente, com cêrca de cinqüenta órgãos, cuja ação repercute sôbre o quadro rural, circunstância essa, aliás, que faz com que sejam problemas típicos do Paraná alguns dos que estão merecendo atenção prioritária por parte do Govêrno.

Realmente, o sistema de incentivos destinados a acelerar a industrialização nacional não se fêz acompanhar de iniciativas que também estimulassem a expansão da agricultura de modo compatível com o desenvolvimento harmônico do País, e proporcionando equilíbrio indispensável. Longe disso, e sem atender aos perigos oriundos de um crescimento industrial sem aumento correspondente no setor agropecuário, o Govêrno abandonou os campos à sua própria sorte, limitando-se a acenar insincera e desordenadamente com a bandeira de uma reforma agrária em que jamais pensou com seriedade. E se a tudo isso ainda ajuntarmos a voragem da inflação, uma avalanche de papel-moeda atirada sôbre a Nação, veremos que sômente as extraordinárias qualidades de trabalho e de disciplina dos brasileiros impediram a implantação do caos na vida nacional.

Mas, não pode deixar de ser extremamente penoso para nós verificarmos que, malgrado as imensas possibilidades dos nossos campos e do espírito de iniciativa dos nossos agricultores, estamos obrigados a importar apreciável quantidade de produtos alimentícios, a exemplo do que ocorreu, há poucos anos, numa rumorosa compra de feijão estrangeiro. É êsse, sem dúvida, o terrível preço pago pela incúria de administrações que parecem não se ter dado conta de que 55% da nossa população vivem nos campos e 89% das nossas divisas provêm da agricultura.

De fato, em vez de proporcionar aos agricultores técnicas modernas, que lhes permitam tornar produtivas novas áreas de terra, além de aumentar a produtividade das já trabalhadas, temos contentado com métodos obsoletos. Métodos apenas com-

pensados pela utilização de terras virgens, e que, em muitos casos, não demoram em ser transformadas em desertos. Contudo, não é mais possível permanecermos entregues a uma agricultura empírica e itinerante, e por isso mesmo incapaz de atender às necessidades do País.

São falhas que devemos atribuir ao Governo e que ao Governo compete corrigir, pois têm a sua causa real na incúria a que ficou relegada a agricultura brasileira. Nem podemos omitir aqui a balbúrdia instalada quanto aos preços dos produtos agrícolas. Preços que jamais acompanharam elevação igual à verificada para os produtos industriais, além de se haverem revelado assustadoramente oscilantes devido à falta de uma política adequada. E — o que é mais grave — nunca lograram alcançar o produtor, vítima predileta da deficiência do transporte e da distribuição, bem como da nossa incrível incapacidade de armazenamento.

Não é mesmo segredo que, indiferentes às dificuldades e aos sofrimentos do nosso desamparado homem do campo, contentamo-nos, freqüentemente, em abastecer a preços baixos as populações urbanas empobrecidas e angustiadas pela inflação. Expediente meramente demagógico, ao qual devemos, em grande parte, o aviltamento dos preços e um progressivo desalento por parte da agricultura, que foi, a bem dizer, transformada em maldição para os que dela fizeram profissão.

Cumpre, pois, ao Governo, encontrar os meios pelos quais sejam as atividades do campo colocadas no lugar que lhes compete na economia e na prosperidade do País. Nenhuma nação conseguiu até hoje sadia vida econômica, sem contar com a insubstituível retaguarda da agricultura. Nem outro é o motivo por que países como a Rússia, os Estados Unidos ou a França aplicam imensos recursos com o objetivo de amparar e animar os seus agricultores.

Daí a necessidade de encontrar meios de revitalizar a agricultura, menos com o objetivo de atender aos reclamos de grandes parcelas da nossa população do que como caminho seguro para dar vigor e estabilidade a toda a economia nacional. Acredita,

aliás, o Govêrno que mediante a adoção de algumas medidas, que considera essenciais, será possível alcançarmos novos horizontes para a agricultura brasileira. Dentre elas devemos mencionar em primeiro lugar a aplicação generalizada de técnicas modernas destinadas a aumentar consideravelmente a produtividade, e que dado o alto grau já alcançado pela ciência, representa verdadeira multiplicação dos pães.

Nesse particular há que considerar, em primeiro lugar, a intensiva mecanização da agricultura, cujo primeiro passo é o incentivo à indústria nacional de tratores e máquinas agrícolas, que deverão ser financiados e revendidos aos fazendeiros. É isso ao mesmo tempo em que a concentração de patrulhas mecanizadas em zonas de produção de gêneros alimentícios permitirá sensível crescimento no afluxo dos mesmos aos grandes centros consumidores.

Providência também indispensável é a utilização de adubos químicos, a fim de renovar a capacidade produtora dos nossos campos. Não é mais possível que continuemos a ter nas queimadas, que são a véspera da esterilidade, o malfadado instrumento da nossa agricultura. Na realidade, pelo continuado sacrifício das nossas florestas, cuja destruição parece aguçar a ambição dos nossos agricultores, temos preparado mais desertos do que existem nas calcinadas terras do Paraíba e em largas áreas paulistas, outrora cobertas pelo ouro dos nossos cafêzais. Já é tempo, porém, de abandonarmos métodos tão antiquados e impróprios, substituindo-os pela prática sistematizada, pelo hábito enfim da adubação.

Com êsse objetivo negociaram os Ministérios da Agricultura e do Planejamento um amplo financiamento a ser realizado pela USAID. Dispostemos, assim, de um crédito de quinze milhões de dólares, que, somados aos vinte e dois milhões já reservados com aquela finalidade, irão propiciar ao Brasil um total de trinta e sete milhões de dólares para a importação dos adubos necessários para o nosso ano agrícola. Aliás, graças aos têrmos em que está concebido o acôrdo com a USAID, os adubos vendidos irão proporcionar apreciável montante de cruzeiros em favor do Fundo

de Refinanciamento Rural. O que dará ao nosso homem do campo duplo benefício: maior disponibilidade imediata de fertilizantes no mercado interno e novos recursos especificamente destinados para o financiamento de atividades agrícolas.

Mas, já que abordamos o tema do financiamento, devemos acrescentar o empenho em que se encontra o Governo em expandir o crédito rural, de modo a assegurar condições de efetivo atendimento às necessidades dos agricultores. Para alcançar tal objetivo dispõe a administração, além de outros recursos, da diferença de preços resultante da eliminação dos subsídios até há pouco concedidos ao petróleo, ao trigo e ao papel. Parcelas às quais há ainda que aduzir a cooperação da Aliança Para o Progresso, nos termos de convênio recentemente assinado.

Dentro dessa orientação, duas medidas de efeito imediato já foram postas em execução: a liberação dos depósitos compulsórios dos bancos privados que operam no setor do crédito agrícola, a fim de que a rede bancária privada consiga atingir as pequenas explorações agrícolas; e o Decreto 54.019, de 14 de junho último, pelo qual foi organizada a Coordenação do Crédito Rural e criado o Fundo de Refinanciamento Rural.

Através dessas iniciativas, empresta o Governo unidade e coordenação às providências tomadas, ao mesmo tempo em que assegura recursos financeiros utilizáveis sem certas dificuldades burocráticas, que tanto embaraçam os agricultores mais modestos. E tudo isso sem falar nos entendimentos já em curso para a elevação dos chamados financiamentos informais para os pequenos lavradores, e que deverão atingir a Cr\$ 420.000,00 para os arrendatários, e Cr\$ 840.000,00 para os proprietários de menor capacidade. Elevação que se refletirá sobre os índices dos demais empréstimos agrícolas, proporcionando aos produtores meios para a ampliação e aperfeiçoamento das suas atividades.

E se a esse panorama juntarmos os planos em elaboração para se atingir adequado sistema de transporte, armazenamento e comercialização dos produtos agropecuários, estará o País capa-

citado para avaliar a determinação do Governo no sentido de mudar realmente a fisionomia da agricultura nacional. É essa, no momento, ao lado das grandes medidas de ordem financeira, a nossa preocupação máxima, tanto estamos convencidos de que sômente assim lograremos nos libertar do dispendioso constrangimento de importar gêneros alimentícios, e também do espectro da fome que desgraçadamente ronda tantos dos nossos lares, especialmente nas regiões mais subdesenvolvidas do País. Muito se fala, e com razão, no problema do abastecimento. E não são poucos os que desejariam solução imediata. Por certo esquecem-se que nenhuma solução poderá existir antes do período necessário a serem os nossos campos aparelhados e postos em condições de realmente alimentar o País. Fora disso nada terá consistência ou corresponderá à realidade. Ao campo é que tocará alimentar as nossas populações — nunca às emissões de papel-moeda, que foram até há pouco a falsa e maléfica varinha de condão dos nossos governantes. Por elas já pagaram e ainda estão pagando os brasileiros alto preço. Urge compreendermos que já é tempo de ampararmos e valorizarmos o trabalho do homem do campo, que não deverá ser mais uma espécie de pária da nacionalidade.

Dentre os motivos do constante e persistente desestímulo com que temos reiteradamente convidado os brasileiros a abandonarem o cultivo da terra, nenhum mais forte do que a total ausência de uma política de preços mínimos. Sem eles não é exagêro afirmar-se que não há agricultura. Daí haver o Governo determinado o estudo, em caráter prioritário, dos critérios a serem adotados num programa de amparo e fomento à produção agrícola. E duas normas fundamentais marcarão a orientação do Governo no que se refere ao problema dos preços mínimos: a primeira será no sentido de fixar os preços mais de uma vez por ano, de modo a preservá-los contra a eventual desvalorização da moeda; a segunda visará ao que podemos chamar de interiorização dos preços mínimos, até agora apenas existentes nos grandes centros consumidores, em detrimento do homem do campo, do produtor, e a quem as imensas distâncias impedem utilizar aquela segurança de preços.

Como vêdes, empenhado como está em vencer a batalha do abastecimento, tem o Governo a plena consciência de que ela

deverá ser travada não apenas nos tabelamentos de emergência, mas, principalmente, na abundância do nosso mercado produtor. Fora daí poderemos ter expedientes passageiros ou ilusões, mas jamais a solução capaz de propiciar aos brasileiros os gêneros alimentícios, e a estabilidade econômica que deve ser uma das metas próximas a alcançar para podermos galgar outros degraus do desenvolvimento.

Ao dirigir-me ao Paraná, para tratar de alguns aspectos da nossa agricultura, não poderia deixar de referir-me ao café, que tem aqui um dos seus grandes centros produtores. Responsável por cerca de 40% da renda do Estado, passou de um milhão de sacos, em 1940, para dezoito milhões, em 1960, representando aproximadamente um terço da produção mundial de então. E se assinalo tais circunstâncias, que são o vivo testemunho da pujança do vosso desenvolvimento agrícola, é para lembrar os terríveis efeitos da geadas, que nos põe diante de uma safra de apenas três e meio milhões de sacos ou sejam 25% da colheita média dos últimos anos.

Como o maior produtor de café do País, sofre o Paraná neste momento não apenas os efeitos de um inverno sem precedentes, mas também do aviltamento dos preços, a partir de 1954. É circunstância à qual não está alheio nem indiferente o Governo da União, que espera poder dar ao vosso Estado o auxílio de que precisa nessa eventualidade desfavorável e superior à vossa conhecida capacidade de trabalho. Assim, no presente esquema cafeeiro, elaborado pelo Instituto do Café, com adequadas garantias de preço, prioridades de financiamento, especialmente de café em côco, e ampliação dos financiamentos de entressafras, espera o Governo proporcionar condições capazes de permitirem aos lavradores a espera da safra próxima ou a orientação para novos plantios.

Quanto ao plano internacional, traduzir-se-á a política cafeeira numa intransigente defesa dos preços justos, esperando contar para isso com a ampla e disciplinada cooperação dos países consumidores e produtores. No plano interno, tal orientação se conjugará com a aplicação de estímulos para a produção de café de boa qualidade, em volume adequado à demanda. Ao mesmo tempo

em que deverá ser modernizada a aparelhagem administrativa vinculada ao café, e utilizados no real interesse das regiões produtoras os recursos do Fundo de Defesa do Café. São tôdas estas um conjunto de medidas que, em breve, dará ao País os resultados desejados e necessários à nossa economia.

Num país agrícola ou pelo menos proclamado como tal, sois um Estado agrícola, e que, embora em busca de industrializar-se, deseja aperfeiçoar e ampliar a sua agricultura. Quis, por isso mesmo, dizer-vos alguma coisa sôbre a orientação governamental em matéria das nossas atividades agropecuárias, que desejamos e esperamos ver livres dos males do empirismo e do desamparo a que sempre estiveram entregues. Na realidade, o Brasil deverá ter no Paraná um dos seus grandes celeiros, do mesmo modo que o Paraná, através de uma política de preços justos e estáveis, deverá encontrar no Brasil o seu mercado consumidor.

Em síntese, é o que espera fazer o Govêrno pelas atividades do campo. Mas, a isso ainda haverá que acrescer a reforma agrária em breve submetida à apreciação do Congresso Nacional. Uma reforma que tendo por base a justiça social propicie ao País maior produção e maior produtividade.

Aí tendes o que me pareceu dever dizer-vos nesta hora em que, de maneira tão expressiva e cativante, me cumulais com uma honraria que bem sei excepcional. Sou profundamente agradecido à vossa iniciativa, que tenho, como já vos disse, como prova da confiança e do entusiasmo com que uma terra tão voltada para o trabalho, que tem sido a fonte e o segrêdo da vossa prosperidade, recebeu a Revolução, que, inequivocamente, representa os mais altos ideais do povo paranaense.